



O Judiciário
Edição: n° 014 / maio 2017

3ª Vara Criminal de Palmas adota **vídeo em audiência** de suspensão processual

Juiz Jordan Jardim avalia uso de **aplicativo para intimação** no Juizado Especial

Produtividade com eficiência

Comumente associada a números e estatísticas a produtividade no Poder Judiciário guarda estreita ligação com o atendimento eficiente ao cidadão. A busca por essa eficiência é o que impulsiona as diversas vertentes que movimentam o **“Pacto pela Produtividade”** no Judiciário tocantinense retratadas nesta edição.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

IN VERBIS

Eurípedes Lamounier

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Entre as inquietações que movem cada servidor e magistrado no dia a dia do Poder Judiciário tocantinense deve estar a de atender, de justa forma, o cidadão que tem um direito violado. Caso como o de um filho que não está recebendo do pai o devido alimento, que é essencial para viver. Ainda no exemplo de família, a investigação de paternidade para verificar quem é o pai daquela criança que, depois, em eventual ação, pode arbitrar os alimentos.

Outra situação cujo desfecho é muito recorrente no Judiciário é a de quem tem o nome inscrito de forma indevida no SPC e no Serasa. Circunstância que essa pessoa procura solucionar para que possa ter uma certidão negativa e esteja apta a fazer certos negócios. Ou de uma pessoa vítima de acidente de trânsito que lhe cause prejuízo e busca ter um direito judicial reconhecido. Ou ainda, uma pessoa que comete um crime qualquer, perante a lei, pode ser preciso passar um tempo presa, mas também vai chegar o período em que ela preencherá determinadas condições para ter o direito de estar na rua.

Os exemplos acima, citados para ilustrar, estão entre as outras situações que são colocadas ao Judiciário por pessoas que têm urgência em soluções. São problemas que as afligem e chegam na Justiça porque não se conseguiu resolver por outros meios. Tornar mais eficiente a solução para essas demandas da sociedade é o principal desafio do Pacto pela Produtividade.

O Judiciário traz à visão da atual gestão sobre esse conceito de produtividade, sempre ligado à estatística, quando, ao nosso entender, nada mais é do que a busca por eficiência e por eficácia no atendimento ao cidadão. Assim, nessa vertente, retrata-se aqui o que está sendo trabalhado para a melhoria dos índices de produtividade e a redução da taxa de congestionamento de processos.

Destacam-se também o momento em que a Justiça Comum conseguiu ultrapassar a Meta 1, fixada pelo Conselho Nacional de Justiça, de julgar mais processos do que a quantidade que entra no Judiciário, e a marca de mais de 1 milhão de processos em tramitação no sistema eletrônico de processos, o e-Proc/TJTO. Não menos relevante está a entrega das novas instalações do Fórum da Comarca de Colinas do Tocantins, equipado com a mais moderna e adequada estrutura para a comarca oferecer a melhor prestação jurisdicional ao cidadão.

De Colinas, vem o exemplo da servidora Maria Lúcia Rodrigues Moreira. Ela acompanhou o nascer e o desenvolver da Comarca, se aposentou de forma pioneira no Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) em 2016, mas ali segue atuando como voluntária na serventia cível, após 29 anos, seis meses e quinze dias dedicados exclusivamente ao Poder Judiciário do Tocantins.

Na Capital, ressaltamos os resultados da iniciativa de intimar partes do processo utilizando o aplicativo WhatsApp em implantação no Juizado Especial. O principal benefício apontado pelo juiz Jordan Jardim, responsável pelo projeto, é a maior baixa de processos. A intimação via WhatsApp faz com que o processo seja arquivado mais rápido do que se tivesse uma intimação normal e combate a taxa de congestionamento.

A carga de trabalho do Judiciário vem aumentando a cada ano. E é preciso que encontremos meios de conseguir melhorar nossa prestação. Essa melhoria não ocorre apenas investindo em condições de trabalho, comprando mais computadores, inovando em tecnologia ou contratando mais servidores. É preciso tudo isso, sim, mas precisamos, na medida do possível, aumentar a eficiência.

Boa leitura.



Adriano Gomes de Melo Oliveira
Juiz Auxiliar da Presidência do TJTO

O processo eletrônico no Judiciário tocantinense, que ultrapassou a marca de 1 milhão de ações em sua base de dados revolucionou o trâmite de processos na justiça estadual. O sistema passou a exigir medidas contínuas para tornar mais eficiente o atendimento aos cidadãos que buscam cada vez mais na Justiça a solução dos seus problemas do dia a dia.

A busca por essa eficiência é o que impulsiona o “**Pacto pela Produtividade**”, segundo avaliação do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), Adriano Gomes de Melo Oliveira. Embora o nome produtividade

esteja ligado a dados estatísticos, como aumento no número de processos julgados e baixados (quando encerra as atividades jurisdicionais), o **Pacto pela Produtividade**, segundo o juiz, mira a ampliação do atendimento eficaz às demandas de quem busca o Judiciário.

“O e-Proc/TJTO trouxe o mundo tecnológico para a Justiça e modificou o trabalho do Judiciário e, sem dúvida, não basta apenas trabalhar, é preciso ser mais eficiente. Então o **Pacto pela Produtividade**, proposto pelo presidente Eurípedes Lamounier, justamente é a busca por eficiência e por eficácia no atendimento ao cidadão”, afirma.

O juiz destaca algumas medidas adotadas pelo Poder Judiciário que visam melhorar o desempenho geral na tramitação de processos com potencial para atingir os objetivos propostos pelo **Pacto pela Produtividade**:

Desenvolvimento

Uma das formas de que se busca a prestação jurisdicional mais eficiente é o contínuo desenvolvimento do processo eletrônico. “É trabalhar não só a existência do processo eletrônico, mas a forma como esse processo eletrônico possa ser movimentado e acessado cada vez melhor por outras pessoas”, explica. “As formas da existência do processo eletrônico e como pode ser melhorado cada vez mais, para

Pacto pela Produtividade busca eficiência no atendimento ao cidadão

facilitar a vida das pessoas que o utilizam, fazem com que o andamento seja mais rápido”.

Capacitação

Decorrente do desenvolvimento e evolução no processo eletrônico, a vertente pedagógica do **Pacto pela Produtividade** foca o treinamento profissional para melhoria no sistema processual. “No segundo semestre iremos às comarcas com um treinamento direcionando às situações decorrentes da evolução do processo eletrônico. Temos ferramentas em constante evolução e na medida em que essas ferramentas evoluem devemos informar e treinar através de oficinas para que as pessoas as utilizem na prática”,

diz Oliveira.

Monitoramento

Outra forma de atuação para aumentar a eficiência é o monitoramento da situação processual em todo o Tocantins. Nessa frente, segundo o juiz, a gestão tem acesso ao quantitativo de processos que entram por dia em uma vara ou comarca, quantos processos foram julgados, quantas audiências ocorreram, entre outras informações que embasam as estratégias da gestão.

“Essas informações fazem com que a administração possa planejar a execução para cada uma das comarcas”, diz. Assim, se por algum motivo estiver recebendo muito processo

em uma comarca a gestão pode direcionar uma atenção diferente àquela localidade.

Nessa vertente a interação entre a gestão, os servidores e os magistrados é de via dupla. “Através dessa análise eletrônica dos processos, magistrados e servidores têm passado para nós sugestões de boas práticas que estão colocando nas comarcas. A gestão analisa a repassa para serem multiplicadas”.

Exemplos

Um bom exemplo dos resultados do monitoramento dos processos ocorreu na Comarca de Palmeirópolis. Após análise do relatório de processos da comarca, os ser-

vidores foram orientados sobre os procedimentos corretos na movimentação processual, com a correção de pequenos detalhes na movimentação da Tabela Processual Unificada (TPU), realizada com a ajuda da Diretoria Judiciária, por meio da equipe de suporte do e-Proc. O resultado foi imediato, com a redução da taxa de congestionamento em 17 pontos percentuais.

Na Comarca de Novo Acordo a boa prática é a gestão cartorária guiada pela distribuição equitativa dos serviços aos servidores de forma que atuem em quantidade semelhante de serviço. Também ocorre o revezamento dos servidores en-

tre o serviço de atendimento aos jurisdicionados, no atendimento do fórum e por telefone enquanto outros trabalham internamente.

União

Para o juiz, todas estas situações e vertentes estão sendo colocadas em prática “para otimizar a força de trabalho” visando a melhoria da prestação jurisdicional. “**O Pacto pela Produtividade não é apenas o Tribunal enviar informações de boas práticas, juízes e servidores também devem compartilhar o que realizam de positivo. Somente através da união que irá resultar para as pessoas que buscam a Justiça, terem uma decisão o mais rápido possível e em uma maior quantidade possível. É a solução do problema do cidadão**”.



1 MILHÃO DE PROCESSOS

e-Proc/TJTO supera marca de 1 milhão de processos

O Sistema de Processo Judicial Eletrônico do Tribunal de Justiça do Tocantins (e-Proc/TJTO) atingiu em maio a marca de 1 milhão de processos em sua base de dados. O quantitativo se refere ao número de processos em andamento e os que já tramitaram e foram concluídos no Judiciário estadual.

Conforme dados da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos, cerca de 360 mil processos estão em tramitação atualmente no 1º e juizados especiais. No 2º grau e turmas recursais, o total é de 20,5 mil ações em andamento.

De acordo com o Diretor Judiciário do TJTO, Francisco de Assis Sobrinho, deve-se ressaltar a confiança do banco de dados que funciona por trás desta ferramenta, uma vez que

tudo documento inserido no sistema é criptografado e armazenado em local seguro. “Isso significa que o sistema e-Proc/TJTO trabalha numa plataforma confiável; não temos problemas de acesso, de lentidão ou falta de confiança”, garante, ressaltando ainda que o e-Proc/TJTO é o único sistema público 100% eletrônico que funciona em todas as classes e competências da Justiça comum.

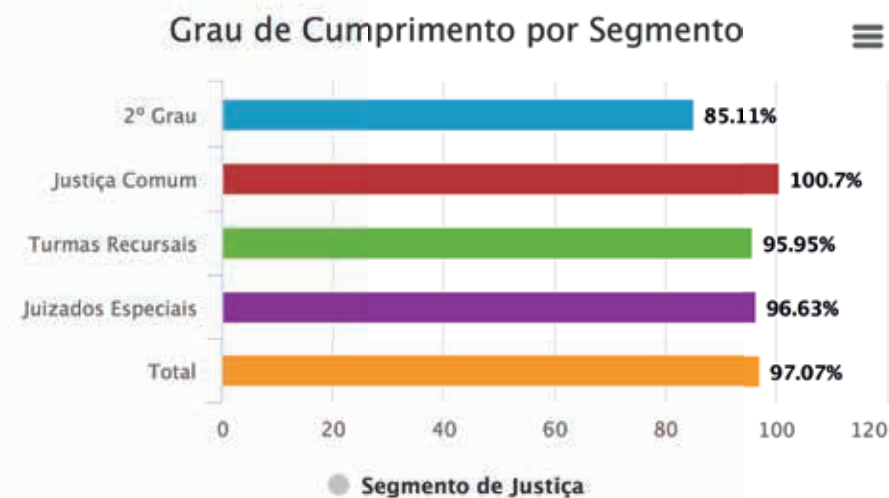
A migração dos processos físicos para o sistema eletrônico teve início em 2011, quando o Poder Judiciário do Tocantins começou a trabalhar com a ferramenta e-Proc/TJTO. Em setembro do ano seguinte, foi finalizada a instalação do sistema de virtualização de processos nas 42 comarcas; e, em 2015, o Tocantins tornou-se o primeiro Estado a ter o Judiciário 100% eletrônico, com a eliminação do papel ao digitalizar

todos os processos em andamento.

Moderno, o sistema e-Proc/TJTO não apenas gera economia ao acabar com os processos físicos, mas ainda torna a prestação jurisdicional rápida e eficaz, e possibilita o funcionamento do Judiciário 24 horas por dia, uma vez que os processos podem ser inseridos no sistema ou consultados a qualquer momento.

Para o presidente do TJTO, desembargador Eurípedes Lamounier, a ferramenta é um marco no Judiciário brasileiro e coloca o Tocantins em posição de destaque no cenário nacional. “O Poder Judiciário do Tocantins sai na frente neste sentido, proporcionando acessibilidade, transparência e agilidade para uma prestação jurisdicional cada vez mais eficaz, que é o nosso objetivo”, afirmou.

Justiça comum de 1º grau atinge 100% de meta fixada pelo CNJ



O esforço concentrado dos servidores e magistrados das 42 comarcas e do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) possibilitou à Justiça comum de 1º grau a atingir 100% da Meta 1, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O índice, alcançado no final de abril, se deu na Justiça comum de 1º grau cível e criminal, excluídos os juizados especiais.

A Meta 1 é o compromisso firmado por todos os tribunais de julgar, ao longo deste ano, mais processos de conhecimento do que os novos que chegarem ao Poder Judiciário. No dia a dia dos trabalhos isso significa que os juízes devem igualar o que entrou na Justiça com o que foi julgado, e ainda julgar uma parcela do estoque.

Segundo os números disponíveis na ferramenta interna “Cenarius”, do TJTO, entraram 21.398 processos na Justiça tocantinense e 21.402 foram julgados.

Para o juiz auxiliar da Presidência do TJTO, Adriano Gomes de Melo Oliveira, o índice alcançado é resultado do aumento da produtividade e aperfeiçoamento da coleta de dados, com a colaboração de todos os magistrados e servidores. “Juntos faremos mais sentenças para atender ao jurisdicionado”, afirma. “Isso significa que mais pessoas foram atendidas e com decisões judiciais se tornando mais célere e eficaz a prestação jurisdicional propiciada pelo Poder Judiciário do Tocantins”, avalia. Segundo ele, o feito é mais um indicativo de que magistrados e servidores compreendem o sentido do “Pacto pela Produtividade”.

“O **Pacto pela Produtividade** é a união, o esforço conjunto e contínuo de todos os servidores e magistrados, para prestar o serviço ao jurisdicionado com eficiência, baseado em boas práticas que resultem no atendimento a essas pessoas que buscam a Justiça com uma decisão o mais rápido possível e em maior quantidade possível”, avalia. “É a solução para o problema de cada pessoa que vem ao Judiciário”.

Magistrado no Tocantins desde 2008, o juiz titular da Comarca de Ponte Alta do Tocantins Jordan Jardim também atua no Núcleo de Apoio às Comarcas (Nacom) e responde pelo Juizado Especial Cível e Criminal – Norte, na Capital. Nesse juizado, se tornou pioneiro no Judiciário tocantinense o uso do aplicativo de mensagens WhatsApp para intimar as partes envolvidas em processos judiciais. Nessa entrevista, avalia o andamento do projeto.

Como juiz pioneiro na implantação do projeto que intima partes utilizando o aplicativo WhatsApp, implantado há sete meses, qual a avaliação da iniciativa?

A avaliação é totalmente positiva. O projeto teve boa aceitação, diminuiu a utilização do oficial de justiça e as intimações hoje são feitas via WhatsApp. Foi muito bem aceito pela população. Além de intimar para as audiências, há intimação da própria sentença. A pessoa recebe a íntegra da sentença pelo WhatsApp. Isso é uma ferramenta importante para quem tem o costume do manuseio do WhatsApp, pois é possível salvar e mandar a sentença por e-mail, o que é um avanço, porque embora houvesse essa previsão de intimar a sentença, enviá-la era a grande questão, porque não achamos viável a possibilidade de intimar por meio de uma ferramenta tão rápida e a pessoa ter que ir ao Juizado pegar uma sentença física, ou entrar no sistema.

Houve algum tipo de resistência para a implantação do projeto?

Em nenhum momento houve resistência, inclusive tivemos muitos elogios. A única pessoa que não aceita o projeto é aquela que não tem o costume de utilizar essa ferramenta. Como é voluntária a participação, se a pessoa diz que não utiliza o aplicativo, nós fazemos da forma convencional. Mas a maioria das pessoas que entra com uma ação sem advogado é por esse sistema; quem entra com o advogado

não participa porque a intimação é via sistema eletrônico, através do e-Proc/TJTO.

Quais os principais avanços?

Acredito que a celeridade para a cidadania e o acesso à justiça são sempre avanços importantes. O e-Proc já é a prova disso e estamos avançando com esse e qualquer outro meio que possa baixar os números porque há uma baixa maior de processos. A intimação via WhatsApp faz com que o processo seja arquivado mais rápido do que se tivesse uma intimação normal, então baixa a taxa de congestionamento. O arquivo é mais rápido em razão de uma intimação que independe de expedir o mandado, o oficial para intimar a parte corre o risco de não encontrar, então isso é realmente significativo para a taxa de congestionamento.

É possível vislumbrar a expansão dessa forma de acesso ao Judiciário para outros tipos de processos?

Acredito que há grandes possibilidades de avanço com essas ferramentas, principalmente o WhatsApp, que foi implantado no juizado especial de início, a pedido do juiz Esmar Custódio Vêncio (Auxiliar da Presidência), justamente porque o juizado costuma ser mais ágil e tem uma liberdade legal maior para implantar esse sistema. As demais unidades da Justiça, acredito, vão avançar para isso, mas tem que haver um estudo melhor, se a legislação permitirá usar tais meios eletrônicos.



Acredito que há grandes possibilidades de avanço com essas ferramentas, principalmente o WhatsApp

Jordan Jardim
Juiz de Direito

SÚMULA

Comarca de Colinas recebe **Fórum reformado e ampliado** para abrigar cinco varas e Cejusc



O Poder Judiciário do Tocantins entregou, no final de abril, as obras de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Colinas, região Noroeste do Estado, que atende a jurisdicionados do próprio município, além das cidades de Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Juarina, Presidente Kennedy e Tupiratins.

Durante a solenidade de entrega, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Eurípedes Lamounier, reforçou o papel dos magistrados e servidores para a conquista de bons resultados no Judiciário. “Vossas Senhorias têm o papel preponderante nos desafios que estão ao

nosso horizonte, e serão igualmente protagonistas na execução de nossas prioridades. Entre delas, não custa lembrarmos, a melhoria dos índices de produtividades e a redução da taxa de congestionamento de processos”, afirmou a respeito do Pacto pela Produtividade implantado nesta gestão.

O presidente frisou a importância das melhorias para aprimorar a prestação jurisdicional. “*Todo o conjunto dessa obra reveste-se do que há de mais moderno e correto, no que se refere às condições de trabalho, contemplando esta Comarca de aparato suficiente para que ofereça a melhor prestação jurisdicional ao cidadão”, disse.*

De acordo com a diretora do Foro, juíza Grace Kelly Sampaio, com a reforma o prédio teve o tamanho ampliado em um terço e vai abrigar melhor as cinco varas e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) que compõem a Comarca. “*A obra é fundamental para aprimorar o trabalho desenvolvido na Comarca e promover uma melhor prestação jurisdicional, com espaço adequado e confortável. É um momento de extrema emoção e agradecimento ver essa transformação. Estou muito honrada por estar aqui hoje”, frisou.*

Ao fazer uso da palavra, o desembargador Ronaldo Eurípedes ressaltou o trabalho conjun-

to das gestões do Judiciário para a realização da obra com o objetivo de beneficiar o destinatário final, a população. A desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, que atuou por muitos anos como juíza na Comarca de Colinas, ressaltou a transformação que o Poder Judiciário vem vivenciando e disse que esse momento representa a concretização de um desejo que há bem pouco tempo parecia um sonho distante e agora se torna realidade. O desembargador João Rigo Guimarães ratificou a importância da obra para a região e destacou o **Pacto pela Produtividade** proposto pela gestão, com comprometimento de magistrados e servidores.

A entrega das obras é resultado de levantamento feito pelo Sistema de Avaliação e Priorização de Obras do Poder Judiciário. As obras de reforma e ampliação do prédio abrangeram uma área de 1,7 mil m², com investimento na ordem de R\$ 3.031.121,28. Com a nova estrutura, o Fórum ganhou moderno sistema de refrigeração, iluminação em led, rampas e calçada para promover a acessibilidade. No local, o Tribunal de Júri também recebeu melhorias e passa a ter capacidade para receber 99 pessoas sentadas. Na área da segurança, muros e alambrados foram construídos e a Diretoria do Fórum ainda implantou um projeto de prevenção e combate a incêndios.

SÚMULA

Vídeo agiliza audiências de suspensão de processos



De olho no princípio da economia e na eficácia dos trabalhos o juiz titular da 3ª Vara Criminal de Palmas, Rafael Gonçalves de Paula, adotou o audiovisual como recurso para tornar mais eficiente as audiências de apresentação de proposta de suspensão condicional de processos. A estreia da estratégia ocorreu no Fórum de Palmas durante audiências coletivas, realizadas no último dia 27 de abril.

Essas audiências para suspensão processual são baseadas no art. 89 da Lei nº 9.099, de 1995. O juiz explica que esse dispositivo permite a apresentação de uma proposta de suspensão do processo em algumas situações específicas, como aquelas em que o réu é acusado de um crime de menor gravidade (quando a pena mínima

não ultrapasse um ano de prisão) e não esteja respondendo a outro processo criminal nem tenha sido condenado, entre outras.

Quando aceita a proposta de suspensão processual em vez de responder ao processo o acusado passa a cumprir algumas condições, entre elas, a proibição de frequentar determinados lugares, de se ausentar da comarca onde mora sem autorização do juiz, além de ter a obrigação de comparecer mensal e pessoalmente à Justiça, entre outras determinações fixadas na lei, como a reparação do dano nos casos em que há vítima.

Em uma iniciativa inédita, e com o apoio e produção da Esmat (Escola Superior da Magistratura Tocantinense), o juiz reuniu em um vídeo estas e outras informações para a

suspensão processual que devem ser apresentadas de forma bem detalhada aos acusados antes das audiências.

“Desta forma, acredito que as explicações serão mais bem compreendidas pelos acusados, que poderão decidir de forma mais segura sobre a eventual aceitação da proposta de suspensão, com a assistência do defensor ou advogado”, avalia o magistrado.

O juiz já adota a prática de concentrar as audiências de vários acusados num só ato, gerando economia e celeridade. Agora, com o vídeo, de aproximadamente 6 minutos, busca facilitar o trabalho da Vara e ampliar o alcance dessas iniciativas. *“A mídia poderá ser replicada para outras unidades do Poder Judiciário que se interessarem em utilizá-la”, ressalta.*



Angélica e o seu filho Joaquim
terão muitas histórias pra contar.
Uma delas é como se conheceram.
E o Poder Judiciário do Tocantins
faz parte dessa história.

Feliz Dia das Mães.

Uma homenagem do Poder Judiciário do Tocantins a
todas as mães tocantinenses.



Amor ao que faz

Maria Lúcia Rodrigues Moreira
Servidora voluntária em Colinas do Tocantins

Que leva uma pessoa dedicar mais de 40 anos de sua vida ao serviço público e, ao se aposentar, decidir continuar a servir a sociedade de forma gratuita? Para a servidora voluntária da 1ª Vara Cível da Comarca de Colinas do Tocantins, Maria Lúcia Rodrigues Moreira, o fio condutor é o amor. “Amo esse trabalho da forma como é realizado e isso me deixa mais satisfeita”, revela a servidora, ao destacar alguns marcos de sua trajetória no Poder Judiciário.

Quando o Tribunal de Justiça decidiu implantar o Processo Eletrônico (e-Proc) na Comarca de Colinas do Tocantins, em 2012, a então escritora judicial estava na relação dos servidores que se deslocaram até a Capital para participar do treinamento que capacitou os responsá-

veis por implantar e utilizar o sistema na Comarca. Três anos depois, quando comemorava os 60 anos de idade, testemunhava a conclusão da digitalização de todo o acervo físico, num total de 1.575 processos remanescentes, da 1ª Vara Cível, onde atuou desde o dia 8 de abril de 1994, quando ingressou no cargo efetivo após aprovação em concurso público. “Para nós é um momento maravilhoso e único. Tenho muitos anos de trabalho e com certeza agora estou testemunhando uma nova era”, declarou a servidora, em maio de 2015.

Um ano depois, também vivenciou outro momento marcante na trajetória funcional: era uma das 30 pessoas que aderiram ao inédito Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), implantado pelo

Tribunal de Justiça. Quando se aposentou, em dezembro de 2016, contava 41 anos, 8 meses e 17 dias de serviço público. Desses, 29 anos, 6 meses e 15 dias eram exclusivamente de serviço prestado ao Poder Judiciário do Tocantins, contando desde a instalação do TJTO, em 1º de janeiro de 1989, até o dia 16 de julho de 2016, o último dia para adesão ao PAI.

Os demais anos de dedicação ao serviço público retroagem a 1977, ano em que ingressou no serviço extrajudicial e passou a residir em Colméia de onde se mudaria para Colinas. “É muito bom trabalhar no Judiciário, é reviver tudo, na verdade a gente não tem preguiça, tiro por mim, que gosto desse serviço e que cada vez mais dá prazer”, disse, ao participar, em abril deste ano, da inauguração

da nova sede da Comarca em que serviu uma vida inteira.

A agilidade do processo eletrônico é um dos aspectos que ainda impressiona a servidora. “O e-Proc é um sonho realizado e dá oportunidade de trabalhar em qualquer lugar”, pontua, ao destacar a “sensação boa” de acompanhar um processo do início ao fim. “Mesmo o físico, a gente sempre tinha conhecimento do processo ir até o final, com aquela sensação boa de ver o processo concluso com a sentença de mérito”.

Na ativa, faz uma observação aos servidores mais jovens. “Se empenhe no trabalho. O judiciário é motivo de orgulho para qualquer um que trabalhe nele, a menos que não seja dedicado, para não ter satisfação de vir para servir ao cidadão”.

Tribunal de Justiça

Des. EURÍPEDES LAMOUNIER (Presidente)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO (Vice-presidente)
Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (Corregedor-Geral)
Des. JOÃO RIGO GUIMARÃES (Vice-Corregedor-Geral)
Desª. ÂNGELA PRUDENTE (Ouvidora Judiciária)
Desª. JACQUELINE ADORNO (Ouvidora Substituta)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Diretor da Esmat)
Desª. ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE (Diretora adjunta da Esmat)
Des. RONALDO EURÍPEDES
Desª. MAYSÁ VENDRAMINI ROSAL
Des. LUIZ GADOTTI
Juíza Convocada
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS

Juízes Auxiliares da Presidência

Juiz ESMAR CUSTÓDIO VÊNCIO FILHO
Juiz ADRIANO GOMES DE MELO OLIVEIRA

Chefe de Gabinete da Presidência
DANILO GUIMARÃES DE SOUZA IZIDORO

Diretorias do Tribunal de Justiça

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor Geral

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES
MARTINS
Diretor Administrativo

MARISTELA ALVES REZENDE
Diretora Financeira

VANUSA BASTOS
Diretora do Centro de Comunicação Social

MARCO AURÉLIO GIRALDE
Diretor de Tecnologia da Informação

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
Diretor Judiciário

JULIANA ALENCAR WOLNEY CAVALCANTE AIRES
Diretora de Gestão de Pessoas

JOÃO CARLOS SARRI JUNIOR
Diretor de Infraestrutura e Obras

SIDNEY ARAUJO SOUSA
Diretor da Controladoria Interna

Centro de Comunicação Social
Fone: (63) 3218-4437
E-mail: tjtoascom@gmail.com
imprensa@tjto.jus.br

O Judiciário

LAILTON COSTA
Redação e Edição

PAULA BITTENCOURT
Redação

RONDINELLI RIBEIRO
Fotografia

IGOR CAETANO MATUOCA
Direção de Arte, Infográfico, Projeto Gráfico e Editoração

ABELSON RIBEIRO
Publicidade

MARIA TERESA M. GARIBALDI NAVES
Revisão

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Palácio Rio Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO - 77015-007

Fone: (63) 3218-4300

www.tjto.jus.br

@tjtocantins

TJTocantins

Edição: 014/2017